

31 OUT 2013

GAZETA DO POVO

Celso
Nascimento

Olho vivo

Sem cartórios 1

Pelo menos três dos mais rentáveis cartórios de Curitiba estão vagos – teoricamente, pelo menos. São eles os 2º, o 3º e o 4º Cartórios de Protesto, cujos titulares – Rodrigo Barrozo, Oswaldo Hoffmann e Cresus Camargo – tiveram suas nomeações anuladas. Os decretos e atos administrativos, assinados pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guilherme Luiz Gomes, saíram na edição de terça-feira do Diário da Justiça.

Sem cartórios 2

O afastamento já havia sido determinado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2009, mas só agora está sendo cumprido. Os três assumiram os cartórios mediante remoções de cartórios menores, consideradas ilegais pelo CNJ. Um dos atingidos, Cresus Camargo, é irmão do recentemente afastado presidente do TJ, Clayton Camargo. Caros advogados tentam reverter a situação.

31 OUT 2013

GAZETA DO POVO

Notas Políticas

Eleição do TC

A desembargadora Regina Portes, do Tribunal de Justiça do Paraná, deu prazo de dez dias para que o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, **Valdir Rossoni (PSDB, foto)**, preste informações no mandado de segurança que pede a anulação da eleição de Fabio Camargo para o Tribunal de Contas do Estado (TC). O autor da ação é o empresário Max Schrappe, um dos 40 candidatos no pleito de julho. Até o fim da tarde de ontem, a Assembleia ainda não tinha sido notificada.



31 OUT 2013

GAZETA DO POVO

Comércio recorre ao TJ para suspender feriado da Consciência Negra

A Associação Comercial do Paraná (ACP) entrou com um pedido de liminar para suspender o feriado municipal do Dia da Consciência Negra em Curitiba, comemorado no dia 20 de novembro. A lei que estabeleceu o recesso foi promulgada em janeiro deste ano. Essa será a primeira vez que a capital terá o feriado. O presidente da ACP, Edson José Ramon, informou que o pedido tramita no Tribunal de Justiça, já que em primeira instância a solicitação foi negada. Segundo Ramon, a ACP entende que o feriado é inconstitucional e também danoso para o comércio, que deixaria de arrecadar R\$ 160 milhões. "Não somos contra a comemoração, mas preferíamos que fossem realizados atos cívicos nas escolas e repartições públicas, ensinando a importância da raça negra no desenvolvimento do nosso estado. Se é feriado, a pessoa vai viajar e nem sabe por que está sem trabalhar", afirmou.

Proposta de cota para parlamentar de origem negra é aprovada na CCJ

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem o parecer do deputado Luiz Couto (PT-PB) referente à proposta de emenda à Constituição (PEC) que reserva vagas a parlamentares de origem negra. De acordo com a proposta do deputado petista Luiz Alberto (BA), a cota valerá para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa do Distrito Federal por cinco legislaturas a partir da promulgação da emenda, prorrogáveis por até mais cinco legislaturas. A proposta ainda passará por uma Comissão Especial antes de ir à votação em dois turnos no plenário da Casa. O texto determina que o eleitor destine um voto específico ao preenchimento da cota. O percentual das vagas dos deputados oriundos da população negra deve corresponder a dois terços do percentual de pessoas que tenham se declarado negras ou pardas.

31 OUT 2013

GAZETA DO POVO

» ICMS

Justiça suspende 3 distribuidoras de gasolina

Três empresas do setor de distribuição de combustíveis do Paraná tiveram as atividades suspensas por suspeita de irregularidades no recolhimento do ICMS. A determinação partiu de liminar concedida pelo juiz Tiago Gagliano Pinto Alberto, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, que acatou pedido da Procuradoria Geral do Estado (PGE). O nome das empresas não foi divulgado. Mas elas são sediadas no Paraná e respondem por 5% do total de combustíveis comercializados no estado, segundo a Agência de Notícias do governo.

De acordo com a ação cível da PGE, as empresas mascaravam o não recolhimento do ICMS da compra de combustíveis falsificando notas fiscais, que simulavam operações de envio para armazenagem e retorno. Elas compravam combustíveis com uma formuladora de São Paulo e as operações eram intermediadas por uma distribuidora com sede em Paulínia, em São Paulo, e filial em Araucária, na região metropolitana de Curitiba. Ainda segundo o que foi divulgado pelo governo, as empresas devem cerca de R\$ 160 milhões aos cofres públicos por causa das irregularidades.

31 OUT 2013

GAZETA DO POVO

Ministro do STF nega a volta do pagamento dos supersalários

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello negou o pedido de liminar do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Legislativo Federal (Sindilegis) para recuperar o pagamento de salários acima do teto constitucional aos servidores da Câmara dos Deputados. O corte foi determinado por um ato do Tribunal de Contas da União (TCU) e o Sindilegis questionou essa decisão no STF. Marco Aurélio, porém, decidiu manter o limite estabelecido pelo TCU, pelo menos por enquanto. O ministro decidiu que a limitação continua valendo até que o caso seja apreciado pelo plenário do Supremo. Em nota, o STF informou que Marco Aurélio negou o pedido de liminar argumentando que "a adequada interpretação da cláusula constitucional limitativa da remuneração de servidores e empregados" é matéria que "possui envergadura maior" e deve ser analisada pelo plenário do Supremo e não apenas por um único ministro.

31 OUT 2013

GAZETA DO POVO

CAISO GAIEVSKI

Irmãos de ex-assessor da Casa Civil continuam foragidos da polícia

O médico veterinário Francisco Romano Gaievski e o funcionário público Edmundo Rafael Gaievski continuam foragidos. Os dois são irmãos do ex-assessor da Casa Civil da Presidência Eduardo Gaievski, preso sob acusação de estupro de adolescentes. Os irmãos do ex-assessor são suspeitos de coação de testemunhas do caso. A polícia de Realeza, no Sudoeste do Paraná, promove buscas para encontrá-los desde a última sexta-feira, quando os dois tiveram as prisões decretadas pelo Tribunal de Justiça (TJ). O delegado Valderes Luiz Scalco, da delegacia do município, informou que hoje irá se reunir com os advogados dos irmãos Gaievski e que pretende pedir a ele que Francisco e Edmundo se apresentem à polícia.

SANTAMARIA

MP vai reabrir inquérito civil sobre incêndio na boate Kiss

O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP) anunciou ontem que vai reabrir o inquérito civil sobre improbidade administrativa no incêndio da boate Kiss, que causou a morte de 242 pessoas em janeiro, em Santa Maria. A reabertura do caso na esfera cível foi motivada por dois inquéritos policiais que ainda apuram responsabilidades criminais no incêndio. O Conselho Superior do MP recebeu novos documentos dos advogados dos familiares das vítimas sobre a tragédia e determinou uma dilatação do prazo de investigação por tempo indeterminado.

Lei que permite separação e divórcio consensuais de brasileiros no exterior é sancionada

A presidente Dilma Rousseff sancionou a lei, aprovada pelo Congresso, que permite que autoridades consulares realizem separação e divórcios consensuais no exterior. A lei entra em vigor em 120 dias. O texto ainda determina que deverão constar do ato disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns e à pensão alimentícia. As autoridades consulares já têm autorização legal para celebrar o casamento de brasileiros residentes no exterior e efetuar o registro de nascimento e de óbito dos filhos destes casais.

Projeto de lei veta prisão em delegacias por mais de 72 horas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Federal deu parecer favorável ontem ao projeto de lei que proíbe presos permanecerem mais de 72 horas em custódia nas delegacias das Polícias Civil e Federal. A proposta, da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), torna as dependências da polícia um ponto de triagem e transição de detentos. Em caso de prisão em flagrante, o preso poderá ficar na delegacia apenas no período da lavratura da ocorrência. Em seguida, deverá ser levado a uma penitenciária. O projeto segue agora para votação em plenário.

31 OUT 2013

GAZETA DO POVO

» SISTEMA CARCERÁRIO

Projetos “enxutos” viabilizam novos presídios no Paraná

Estado vai construir 12 cadeias e ampliar outras oito com recursos federais.

Orçadas em R\$ 161 milhões, intervenções devem ser concluídas em um ano

Felipe Anibal

O Ministério da Justiça anunciou ontem o repasse de R\$ 116,8 milhões que — somado a contrapartidas de R\$ 45 milhões do governo do estado — serão investidos na construção de 12 unidades prisionais, entre cadeias públicas e centros de reintegração social, e na ampliação de oito presídios no Paraná. Os recursos do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional estavam reservados ao estado desde novembro de 2011, mas a liberação ficou condicionada à apresentação dos projetos arquitetônicos, o que ocorreu somente agora.

A secretária estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju), Maria Tereza Uille Gomes, explicou que a demora ocorreu porque os projetos precisaram ser refeitos no meio do caminho devido ao alto custo. Inicialmente

eram 14 obras que atendiam a todas as exigências do Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias, mas quando o pacote ficou pronto percebeu-se que o modelo federal encarecia e inviabilizava as obras.

A partir dessa constatação, a Seju refez os projetos, optando por um modelo mais econômico. Itens como salão de beleza em unidades femininas foram excluídos. Além disso, reduziram-se vagas de estacionamento, número de banheiros e o tamanho de módulos de tratamento de dependentes químicos.

Com a reformulação, o custo por vaga caiu de R\$ 36 mil para R\$ 28 mil, permitindo que o Estado ampliasse para 20 o número de obras. “Essas exigências são uma dificuldade nacional. Fizemos um modelo compacto, simples, mas que atende a todos os requisitos de segurança”, garantiu Maria Tereza.

A autorização para o início do processo licitatório foi assinada ontem pelo governador Beto Richa e pelo ministro José Eduardo Cardozo. As empresas que executarão as obras serão contratadas por meio de concorrência pública, cujo edital deve ser lançado hoje. O governo do estado espera assinar as ordens de serviço para o início das

intervenções já no primeiro trimestre do ano que vem. Os centros integrados, voltados a presos do regime semiaberto, devem ficar prontos oito meses depois do começo das obras.

O prazo para as ampliações e construção das cadeias públicas, para presos provisórios, é de um ano.

“Não é muito simples fazer unidades prisionais no Brasil. Montamos um sistema de monitoramento para apoiar os estados no que for necessário e vamos cobrar resultados”, disse Cardozo.

CONTINUA

31 OUT 2013

GAZETA DO POVO CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIOS

Sete cidades vão abrigar as 12 unidades prisionais que serão construídas e as oito penitenciárias que passarão por ampliação:

	Cadelas públicas ¹	Centro de reintegração ²	Ampliações de presídios ³	Vagas (total)
Piraquara	1	1	4	2.315
Foz do iguaçu	1	2	1	1.315
Londrina	1	1	1	794
Ponta Grossa	1	-	1	716
Guaíra	1	1	-	598
Campo Mourão	1	1	-	598
Cascavel	-	-	1	334
Total no Paraná	6 <small>novas cadelas públicas</small>	6 <small>novos centros de reintegração</small>	8 <small>ampliações de presídios</small>	6.670 <small>novas vagas</small>

¹ Para presos provisórios (ainda não foram condenados). ² Para presos do regime semiaberto. ³ Para presos já condenados. Fonte: Redação. Infografia: GP.

PROMESSA

Governo vai abrir 6,6 mil vagas e aliviar carceragens de delegacias

Assim que as obras forem concluídas, o Paraná terá mais 6.670 vagas em cadelas e presídios. Com isso, o estado espera conseguir transferir para essas unidades os mais de 3,4 mil presos que hoje estão irregularmente detidos em carceragens de delegacias. "Vamos zerar o problema de superlotação [em delegacias] e ainda seremos exemplo para o país", disse o governador Beto Richa.

O chefe da Polícia Civil do Paraná, Riad Farhat, avalia que as novas vagas serão suficientes para resolver "definitivamente" o problema de presos em carceragens. "Vai ser bom para todo mundo. Primeiro, porque essas delegacias estão em bairros populosos. Depois, porque os policiais vão ser liberados para investigações, que é o que foram treinados para fazer", disse.

Modelo

O projeto de Centro de Integração Social desenvolvi-

do pelo Paraná servirá de modelo a outras unidades da federação.

Voltado a presos que estão no regime semiaberto, as unidades são semelhantes a casa populares, em que cada uma funciona como um módulo para um fim específico (alojamento, escola, ressocialização). Cada centro contará com 216 vagas.

Segundo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, outras unidades da federação também devem seguir o projeto paranaense. (FA)

31 OUT 2013

GAZETA DO POVO

87

DEFENSORES

públicos tomaram posse ontem e passaram a integrar o quadro da Defensoria Pública do Paraná. Eles agora vão passar por um curso de formação e, após a conclusão, serão designados para as cidades em que vão atuar. A previsão do governo é de que até o final do ano que vem, além de Curitiba, outras 12 cidades contêm com os serviços de Defensoria.

31 OUT 2013

GAZETA DO POVO

Governo tem 30 dias para pagar a Paranaprevidência

José Marcos Lopes

O governo do Paraná ainda não começou a pagar as parcelas para quitar sua dívida com a Paranaprevidência. O valor, referente à falta de repasses correspondentes à cota do contribuição ao fundo previdenciário dos servidores estaduais, foi parcelado com base em um projeto de lei do Executivo, aprovado a toque de caixa pela Assembleia Legislativa do Paraná em 16 de julho. No fim de junho, segundo matéria publicada pela Gazeta do Povo, a dívida chegava a R\$ 595 milhões.

De acordo com o diretor jurídico da Paranaprevidência, Jefferson Zaneti, o valor da dívida teve de ser recalculado a pedido do Ministério da Previdência, que vai homologar o acordo. "O ministério exige o valor histórico, e não o valor consolidado, com juros", informou Zaneti. Segundo ele, o montante seria lançado ontem no sistema do ministério e a primeira parcela vencerá em 30 dias. A Secretaria de Estado da Fazenda não confirmou ontem o total da dívida.

A origem da dívida é a falta de repasses por parte do governo do estado entre dezembro de 2012 e julho deste ano. Por lei, o caixa do governo deve contribuir com um montante igual ao arrecadado pelo funcionalis-

mo (desde abril, os servidores ativos passaram a contribuir com 11% do salário — antes a contribuição era de 10%). Segundo Jefferson Zaneti, desde agosto, após a aprovação da lei que permite o parcelamento, o governo vem repassando normalmente suas parcelas.

Para cobrir a falta de repasses nos seis primeiros meses do ano, a Paranaprevidência passou a emprestar recursos do Fundo Previdenciário (que paga os benefícios aos servidores aposentados a partir de 2004) para o Fundo Financeiro, que paga os demais benefícios. A manobra, porém, desrespeita a Lei de Responsabilidade Fiscal, legislação nacional que regula os regimes próprios de previdência e a lei estadual que reformulou a Paranaprevidência, sancionada no fim do ano passado.

R\$ 595 MILHÕES

foi o montante que o governo deixou de repassar à Paranaprevidência nos seis primeiros meses deste ano. A dívida deve começar a ser paga em um mês.

31 OUT 2013

GAZETA DO POVO

Coibir o vandalismo

Dilma acerta ao condenar o vandalismo e dizer que a violência deve ser coibida, mas Gilberto Carvalho flerta com a depredação ao afirmar que busca interlocutores entre os black blocs

Brasileiros preocupados com os rumos que vem tomando a violência mascarada nas metrópoles brasileiras, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, têm motivos para elogiar a fala da presidente Dilma Rousseff, na manhã de ontem, em entrevista a emissoras de rádio paranaenses. “Defendo qualquer manifestação democrática. Agora, sem sombra de dúvida, acredito que violência dos mascarados não é democrática e tem que ser coibida”, disse Dilma.

Não é a primeira vez que a presidente condena o vandalismo de black blocs e assemelhados. Em junho, ainda no auge das grandes manifestações de rua — várias das quais terminaram com episódios de confronto entre vândalos e policiais —, em pronunciamento em cadeia nacional, a presidente havia dito que “a violência envergonha o Brasil”. Em sua conta no Twitter, a presidente emitiu, nos últimos dias, outras críticas à truculência mascarada. “Agredir e depredar não fazem parte da liberdade de expressão” e “São barbáries antidemocráticas” foram alguns dos tweets publicados no mesmo dia em que Dilma prestava solidariedade a um coronel da Polícia Militar paulista espancado por black blocs.

Se por um lado as afirmações de Dilma são elogiáveis, por outro o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, dá uma piscadela ao vandalismo quando afirma que o governo estaria buscando interlocutores entre os black blocs.

Apesar de dizer que “a repressão é necessária”, Carvalho ressaltou que não bastaria criminalizar os vândalos, mas entender o que está acontecendo. Tem razão, mas a melhor maneira de “entender de onde vem esse processo” é realmente chamar os mascarados para uma mesa de negociação à qual eles nunca demonstraram interesse em se sentar? Receber black blocs sem que eles renunciem a seus métodos não é reconhecer que esses métodos funcionam?

Existe, sim, uma indignação legítima entre boa parte da população. É uma revolta motivada por diversos fatores, desde a precariedade dos serviços públicos até casos como o desaparecimento do pedreiro Amarildo, no Rio de Janeiro, e a morte do jovem Douglas Rodrigues, em São Paulo, atingido por um tiro saído da arma de um PM paulista — um disparo acidental, alega a polícia. São episódios inseridos em um histórico de violência policial nas periferias. Não parece haver tanto mistério em compreender por que o brasileiro protesta. A violência dos black blocs e demais vândalos, no entanto, segue uma lógica diferente. Amarildo e Douglas serviram como pretextos úteis, mas que, no fundo, são desnecessários para a selvageria mascarada.

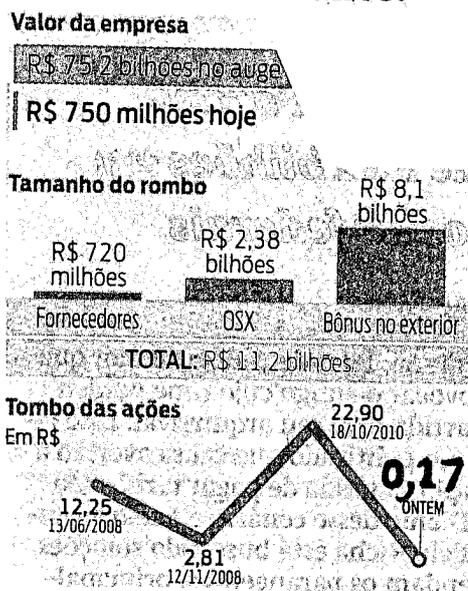
Os mais céticos podem observar que todas as críticas à violência por parte da presidente não serviram para esfriar os ânimos dos vândalos, que só parecem aumentar. Dilma não está sozinha na condenação — pesquisa Datafolha mostrou que 95% dos paulistanos reprovam o vandalismo. Tanto apoio deve servir como um estímulo para que as forças de segurança abandonem uma postura mais passiva e busquem uma forma de agir energeticamente, com inteligência e coibindo abusos de seus próprios membros. Mas o Judiciário também precisa seguir o conselho da presidente no Twitter e “punir os abusos, nos termos da lei”, como ela escreveu no dia 26. Na semana passada, comentamos, neste mesmo espaço, o flerte de alguns magistrados com a violência. Preocupa que o primeiro depoimento em um vídeo que convoca para uma manifestação na tarde de hoje, no Rio de Janeiro, seja de um magistrado. “A criminalização dos manifestantes, dos movimentos sociais, é uma expressão da violência ilegítima do Estado, da truculência contra a democracia”, diz o juiz João Damasceno, do TJ fluminense. A tolerância policial e judicial é receita certa para a impunidade, que por sua vez é o melhor incentivo a novas ondas de violência.

31 OUT 2013

GAZETA DO POVO

Maior empresa de Eike Batista entra com pedido de recuperação judicial

Após 16 meses de agonia e o fracasso na tentativa de negociar suas dívidas com credores, a petroleira OGX – empresa que chegou a valer R\$ 75,2 bilhões e levou o empresário brasileiro Eike Batista ao posto de um dos homens mais ricos do mundo – entrou com pedido de recuperação judicial. A trajetória da companhia se confunde com a de Eike, cuja fortuna caiu de US\$ 34 bilhões para US\$ 70 milhões em dois anos.



31 OUT 2013

GAZETA DO POVO

Há chance de recuperação para a OGX?

Eike Batista acha que sim – nem que seja com a ajuda da Justiça e um bom desconto nas dívidas acumuladas pela empresa. Para o mercado, ainda há risco de as perdas contaminarem outras companhias

■ A petroleira OGX, antiga empresa-âncora do grupo de Eike Batista, entrou ontem com pedido de recuperação judicial. A decisão foi tomada após 16 meses de agonia, com Eike tentando emergir da crise de confiança na qual se embrenhara desde que teve de reconhecer publicamente o fiasco da campanha exploratória do campo de Tubarão Azul.

Apresentado aos investidores como uma grande descoberta, o campo começou a produzir em janeiro de 2012 e, cinco meses depois, revelava que seu potencial era uma fração do anunciado. A trajetória da empresa se confunde com a de Eike, cuja fortuna caiu de US\$ 34 bilhões para perto de US\$ 70 milhões em dois anos. As perdas da OGX contaminaram outras empresas, em um ciclo que pode chegar ao BNDES

O pedido de recuperação judicial visa proteger a empresa enquanto soluções são buscadas e inclui, além da OGX Petróleo e Gás Participações, a OGX Petróleo e Gás, a OGX International GmbH e a OGX Áustria GmbH. “Acredito que há possibilidade de os credores compreenderem que a recuperação é viável”, disse o advogado Sérgio Bermudes, que deu entrada no processo, que correrá na 4.ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio.

As ações ordinárias da petroleira perderam 26,09% de seu valor e fecharam o pregão de quarta-feira cotadas a apenas R\$ 0,17. As negociações com as ações na Bolsa de Valores de São Paulo serão suspensas até as 11 horas. Os papéis da empresa foram excluídos do índice Ibovespa.

Em meio às negociações com centenas de credores, a OGX trabalhará em duas outras frentes durante o processo de recuperação: a busca de dinheiro novo que, para este ano, teria de corresponder ao mínimo de US\$ 75 milhões, e a tentativa de convencer a malaia Petronas a manter o acordo de compra de 40% dos blocos BM-C-39 e BM-C-40, na área de Tubarão Martelo, na Bacia de Campos.

O próprio grupo responsável pela operação considera possível o pedido de rescisão de acordo pela Petronas no meio do processo de recuperação. Caso isso ocorra, o litígio judicial é dado como certo.

31 OUT 2013

GAZETA DO POVO

Audidores da gestão Kassab são presos por cobrar propina

Servidores teriam emitido guias do ISS e exigido que quantias fossem depositadas nas suas contas.

Prejuízo estimado é de pelo menos R\$ 200 milhões

SÃO PAULO

Das agências

Quatro auditores fiscais da prefeitura de São Paulo na gestão do ex-prefeito Gilberto Kassab (PSD) foram presos ontem em uma operação do Ministério Público Estadual e da Controladoria Geral do Município para desmontar um esquema de corrupção. De acordo com a promotora, o grupo pode ter causado prejuízo de R\$ 200 milhões aos cofres públicos, somente nos últimos três anos. A ação também bloqueou cerca de R\$ 80 milhões em bens dos presos, entre eles, apartamentos, flats, prédios, bar-

cos e automóveis de luxo e até uma pousada.

Foram presos o ex-subsecretário municipal de Finanças, Róilson Bezerra Rodrigues; o ex-diretor de arrecadação, Eduardo Horle Barcelos; e os auditores Carlos Augusto Di Lallo Leite do Amaral e Luis Alexandre Cardoso Magalhães. Eles ocupavam cargos de confiança na gestão Kassab e, embora tenham sido exonerados desses postos pelo prefeito Fernando Haddad, seguiam como servidores municipais.

A investigação aponta que os agentes públicos montaram um esquema de corrupção envolvendo o Imposto Sobre Serviços (ISS) cobrado de empreendedores imobiliários. Segundo a investigação, eles emitiam guias de pagamento do tributo com valores menores do que manda a lei (o imposto é calculado sobre o custo da obra do empreendimento imobiliário) e exigiam que altas quantias fossem depositadas em suas contas bancárias. O recolhimento do ISS é necessário para que o "habite-se" seja emitido pela prefeitura, e o empreendimento

seja liberado para ocupação. Segundo nota do Ministério Público, a elucidação do esquema fraudulento começou a partir da identificação, pela recém-criada Controladoria Geral do Município, de auditores fiscais que apresentavam fortes indícios de evolução patrimonial incompatível com a respectiva remuneração.

A Controladoria constatou que nas obras sob a responsabilidade desses auditores fiscais a arrecadação do ISS era menor. O presidente nacional do PSD e ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, disse, em nota oficial, que apoia as investigações e, "se comprovada qualquer irregularidade, defende a punição exemplar de todos os envolvidos". Kassab afirmou ainda que os acusados são "técnicos, servidores de carreira que não foram indicados por mim".

Outro lado

A defesa de Magalhães negou todas as acusações e a de Rodrigues não retornou aos pedidos de entrevista. Os advogados dos demais presos não foram encontrados.

31 OUT 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Richa dá posse aos 87 novos defensores públicos

| No total, o Paraná passa a contar com 97 advogados

O governador Beto Richa deu posse nesta quarta-feira (30) aos 87 novos defensores públicos do Estado. A solenidade, realizada no Salão Nobre do Palácio Iguazu, em Curitiba, teve a presença do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; da defensora pública-geral do Estado, Josiane FruetBettiniLupion, e da secretária estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Thereza Uille Gomes.

“Com a posse dos novos defensores públicos, o Governo do Paraná cumpre com a lei e garante aos paranaenses que mais precisam, os mais carentes, uma assistência jurídica de qualidade”, afirmou Beto Richa. O governador disse que a estrutura da Defensoria Pública atuará em favor dos 60%



Os novos defensores participaram de cerimônia no Palácio Iguazu

dos cidadãos paranaenses que não têm condições de pagar um advogado. Richa destacou, ainda, que a legislação da Defensoria Pública do Paraná é reconhecida pela Associação

Nacional de Defensores Públicos como a mais moderna e democrática do País.

Com a posse de 87 profissionais, o Estado passa a contar com 97

defensores públicos. Os novos profissionais foram nomeados pelo governador no dia 15 de outubro, quando foi empossada a defensora pública-geral, Josiane Lupion.

31 OUT 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Votação do novo Código de Processo Civil é adiada para terça

O presidente da Câmara dos Deputados, presidente Henrique Eduardo Alves, decidiu adiar a votação dos projetos de Lei 8.046/10 e 6.025/05, que modernizam o Código de Processo Civil (CPC), para terça-feira (5). Alves tomou a decisão após parlamentares questionarem a ausência do texto mais recente, diferente do aprovado em comissão especial em julho. Ele ponderou que providenciar cópias para todos os parlamentares levaria cerca de 40 minutos e a análise do texto seria demorada.

Além disso, o relator da matéria, Paulo Teixeira (PT-SP), voltou atrás na mudança da regra para prisão por pensão alimentícia. Mais cedo, após reunião, os deputados haviam concordado com a prisão em regime semiaberto. No entanto, após conversar com a bancada feminina, Teixeira decidiu pela manutenção da prisão em regime fechado.

Segundo Henrique Alves, o novo Código Civil será o único item da pauta na próxima terça-feira.

TRIBUNA DO PARANÁ

SOLTO

O PM preso por envolvimento na tortura contra os suspeitos de matar Tainá da Silva, 14, foi solto no fim da tarde de terça-feira, depois de pagar fiança de R\$ 10 mil. O delegado Silvan Pereira foi o primeiro a sair. Nove policiais continuam presos. O Tribunal de Justiça deve dar amanhã parecer quanto ao pedido de redução da fiança.

31 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA

Defensores públicos tomam posse

“Para uma espera de 23 anos, isto já é um começo”

Curitiba - Os novos 87 defensores públicos do Paraná tomaram posse ontem à tarde, numa cerimônia realizada no Palácio Iguaçu, em Curitiba, antes da assinatura da autorização para abertura de licitação para obras de novos presídios. Com isso o Estado passa a contar com 97 profissionais para defender pessoas que não condições de contratar um advogado.

Após a posse, os defensores vão permanecer na capital para o curso de formação da Defensoria, que começa no dia 18 de novembro. Depois parte permanecerá em Curitiba enquanto outros serão designados às cidades do interior. A partir do dia 9 de dezembro os profissionais já começam a seguir para as cidades de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava, Umuarama, Pato Branco e Campo Mourão.

“O número de 97 defensores não é suficiente. Tem um

estudo da Associação Nacional dos Defensores Públicos apontando que no Paraná seriam necessários mais 800 defensores. Entretanto, para uma espera de 23 anos, isto

já é um começo”, ressaltou a defensora pública-geral do Estado, Josiane Fruet Lupion.

Segundo ela, os defensores vão ficar concentrados nas cidades maiores e fazer um trabalho extensivo aos municípios de cada região. Aproximadamente 60% da população paranaense, aponta, tem necessidade de defensoria gratuita.

Josiane lembrou que em novembro deve sair o edital do segundo concurso público, com mais 100 vagas para a Defensoria Pública do Paraná. “As pessoas mais carentes precisam ser assistidas juridicamente e socialmente. Por isso esperamos preencher todas as vagas para depois nomeá-los tão logo terminem as eleições do ano que vem”, completou. (R.C.J.)

Autorizadas obras para desafogar carceragens

Licitação para construção de 12 novas unidades prisionais e ampliação de outras oito foi homologada ontem

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - O Ministério da Justiça (MJ) e o governo estadual assinaram ontem, no Palácio Iguçu, em Curitiba, a autorização para abertura de licitação para contratação de obras de construção de 12 novas unidades prisionais e ampliação de oito estabelecimentos já existentes. Os investimentos somam R\$ 161,8 milhões, sendo R\$ 116,8 milhões do governo federal, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, e R\$ 45 milhões de contrapartida do governo estadual.

São seis novas cadeias públicas de regime fechado, seis Centros de Integração Social de regime semiaberto, e oito ampliações de estabelecimentos penais em sete municípios, que vão abrir 6.670 novas vagas. Os editais devem ser publicados nos próximos dias e a previsão é que as obras sejam concluídas em até 12 meses.

As unidades que serão ampliadas são a Casa de Custódia de Londrina (CCL), que ganhará com 196 novas vagas; Penitenciária Feminina de Piraquara (PFP), com 381; Penitenciária Estadual do Paraná (PEP1) e Penitenciária Estadual do Paraná 2 (PEP 2), com 501 vagas cada; Casa de Custódia de Piraquara (CCP), com 334; Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu (PEF), com 501 vagas; Penitenciária Indus-

trial de Cascavel (PIC), com 334; e Penitenciária Estadual de Ponta Grossa (PEPG), com 334 vagas.

Já os estabelecimentos a serem construídos são as cadeias públicas de Londrina, Ponta Grossa, Campo Mourão, Piraquara, Foz do Iguaçu, Guaíra, cada uma com 382 vagas; e os Centros de Integração Social nas cidades de Londrina, Piraquara, Guaíra, Campo Mourão, com 216 vagas em cada unidade. Foz do Iguaçu terá dois centros de regime semiaberto.

O contrato de repasse dos recursos foi firmado com a Caixa Econômica Federal (CEF) em 20 de dezembro de 2012. Entretanto a liberação só está ocorrendo agora porque algumas adequações tiveram que ser feitas nos projetos que tinham sido elaborados pela Secretaria Estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju).

Segundo a secretária Maria Tereza Uille Gomes, a princípio seriam 14 obras a um custo/vaga de R\$ 36 mil, valor que baixou para R\$ 28 mil com os 20 novos projetos. "Aumentamos o número de obras e de vagas e, ao mesmo tempo, reduzimos o custo", ressaltou.

O anúncio da construção e ampliação de unidades prisionais ocorre após uma série de interdições de carceragens e de protestos constantes da classe policial em relação à guarda de presos e superlotação nas delegacias.

Conforme a secretária a questão vem sendo resolvida. Ela destaca que há dois anos o Paraná tinha 16,6 mil presos nas delegacias, e que hoje este número é de 9.964. "Muitas carceragens foram fechadas nas delegacias do interior e o problema se concentra nos grandes centros porque o número de prisões é muito grande. Por isso, com estas obras e a constante realização dos mutirões, nossa expectativa é resolver definitivamente a superlotação nas carceragens", afirmou.

Para o secretário de Segurança Pública, Cid Vasques, a construção destas novas unidades é essencial para resolver o problema da superlotação das delegacias. "Somente agora, a partir de 2012, é que houve um avanço significativo de retirar estes presos das delegacias, porque a situação hoje está insuportável. É uma questão de segurança pública. Evidentemente que tudo que acontecer em investimentos neste sentido é importante", disse.

O delegado-geral da Polícia Civil, Riad Farhat Braga, reforça o discurso, destacando que a medida anunciada vai afetar positivamente o trabalho da polícia. "Esperamos que a realidade das nossas delegacias se transforme em algo mais positivo, para que os agentes possam trabalhar mais profundamente nas investigações", apontou.

31 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA

31 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Indenização a Rossoni

"A Justiça tarda, mas não falha", disse o presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), ao comentar a condenação do ex-chefe de segurança da AL Ednilson Ferry. Toca, como é conhecido, terá de indenizar o tucano em R\$ 20 mil, em valores corrigidos, por danos morais e calúnia. Quando Rossoni assumiu a chefia do Legislativo paranaense e substituiu a equipe de segurança da Casa, Ferry deu entrevistas à imprensa que, segundo o parlamentar, distorciam fatos. "Você, quando se propõe a enfrentar um problema, tem de saber que há consequências. Eu estava preparado para as consequências, não me arrependo de nada, acho que fiz um bom trabalho para os paranaenses e espero persistir nisso aqui, porque a reforma administrativa está feita", afirmou o presidente.

Cota para parlamentares negros

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem o parecer do deputado federal Luiz Couto (PT-PB) referente à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reserva vagas a parlamentares de origem negra. De acordo com a proposta do deputado petista Luiz Alberto (BA), a cota valerá para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa do Distrito Federal por cinco legislaturas a partir da promulgação da emenda, prorrogáveis por até mais cinco legislaturas. A proposta ainda passará por uma Comissão Especial antes de ir à votação em dois turnos no plenário da Casa.

Número de vagas

O texto da PEC 116, de 2011, determina que o eleitor destine, além do voto às demais vagas, um voto específico para o preenchimento da cota. O critério para a candidatura é o da autodeclaração. O percentual das vagas dos deputados oriundos da população negra deve corresponder a dois terços do percentual de pessoas que tenham se declarado negras ou pardas no último censo demográfico. O número de vagas não poderá ser menor que um quinto ou superior a metade do total de vagas disponíveis no Parlamento.

31 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

O guardião violador

Há duas discussões no Brasil e no mundo: a das biografias não autorizadas e o poder da espionagem, derivações de um mesmo tema, o da solidão do homem comum na sociedade massiva. Um marido, que deseja vigiar a ex-esposa, contrata um desses ouvidores que rastreiam conversas telefônicas. Evidentemente não se trata de um objetivo do Obama, ocupado com terrores menos domésticos.

No tempo de Requião, fase áurea das bravatas como aquela das empreiteiras, cujos diretores prometeu prender, havia o "guardião", um equipamento habilitado a ouvir 700 papos telefônicos simultâneos. Pois com todo esse poder - é claro que é preciso saber quais os seus alvos, de repente voltados para inimigos da aldeia - até hoje nada se soube do assassinato da menina Rachel Genofre, há cinco anos, como dificilmente se saberá agora do episódio mais recente de outra garota, a Tayná, de Colombo.

Se a tecnologia de ponta, caríssima ao bolso do contribuinte, ficar focada em quisilhas provincianas há de tratar-se de uma sub-utilização do equipamento, uma traição dos deveres de Estado. Estamos hoje com o terror implantado nos cárceres superlotados e à cada rebelião, como essa mais recente do 12º Distrito em Santa Felicidade, fecharam acordos de transferência de cinco presos. E assim se dá no Brasil inteiro com a sensação cada vez mais nítida que o Estado quer abrir mão do único e necessário monopólio estatal - o das armas, prova de falência e deserção. Estado zero, Black Bloc 10.

31 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA

Ventos de liberdade e cidadania

Ricardo Coelho

É inegável que o Brasil vive hoje tempos de liberdade, com instituições sendo reconhecidas e respeitadas, em que pese percalços relacionados a denúncias de alguns agentes públicos, malversação de recursos e obras inacabadas. Mesmo tendo uma estrada longa a percorrer para alcançarmos o patamar de nação desenvolvida, nosso país desponta e impressiona pelo enorme potencial econômico, capacidade empreendedora e abundância de recursos naturais.

Essa condição de liberdade e perspectiva encontra fundamento na nossa Constituição Federal, promulgada há exatos 25 anos. Trata-se de um marco da nossa democracia que fortaleceu partidos políticos, dividiu poderes, estabeleceu parâmetros e assegurou garantias e direitos.

No início deste mês tive a oportunidade de participar de homenagem a alguns brasileiros que deram o melhor de si para a elaboração de nosso texto constitucional.

Um encontro realizado no Rio de Janeiro reuniu a classe política, notários e registradores de imóveis de todo o país. Entre os homenageados estavam os ex-ministros Bernardo Cabral e Nelson Jobim. Também foram lembrados os pioneiros da área registral do país que tiveram participação ativa no texto constitucional, como meu pai, Benedito da Costa Coelho Junior, fundador e membro ativo do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (Irib), entidade que tenho a honra de presidir atualmente e que representa 3,6 mil registradores em todo o território nacional.

Mais do que reconhecer o trabalho de alguns brasileiros, a cerimônia reuniu personalidades, prestadores de serviço público e profissionais que sabem exatamente o valor da liberdade, cidadania e transparência vivenciados hoje.

Impulsionada pelas conquistas da nossa Constituição, a atividade de registrador prevê esclarecer e informar direitos absolutos dos cidadãos.

Costumo dizer que as pessoas entram em um cartório pelo menos em três vezes na vida: para registrar um filho recém-nascido, ao requerer o registro da casa própria e para dar conta da morte de um ente querido.

O país conta hoje com uma estrutura organizada para o registro de todas as naturezas. Nossa categoria tem se debruçado em estudos e se esforçando para oferecer o melhor serviço possível.

Até meados do próximo ano todos os cartórios deverão ter o chamado Registro Eletrônico, que dará maior agilidade ao serviço cartorial pondo fim a uma série de entraves burocráticos.

Outra preocupação é quanto à necessária regularização dos imóveis públicos e particulares. Para se ter uma ideia da desproporção, pelo menos metade dos imóveis do país tem alguma irregularidade. Isto significa não ter a posse definitiva, causando prejuízos a seus proprietários, que tem direito sobre o bem e seu patrimônio. Em nome disso, em abril passado, o

Irib assinou com o Ministério das Cidades, por meio da Secretaria de Patrimônio da União, acordo para regularizar todos os imóveis de posse do governo federal. Um inventário está em curso visando levantar exatamente onde e quantas são as propriedades públicas nestas condições.

Defendemos a cultura do registro como forma de o cidadão ter acesso à informação, com transparência, exercendo sua cidadania. Este é o Brasil que sonhamos. Um país que dá condições a todos, de forma igualitária, sem exceções, como preconiza nossa Carta Magna, um documento de 25 anos, que permanece robusto, jovem e atual. Que estas lições se mantenham sempre vivas. E que as novas gerações possam comemorar avanços e conquistas ainda maiores, em nome de uma sociedade cidadã, transparente, ética e livre.

RICARDO COELHO

é presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (Irib)

6 *Outra preocupação é quanto à necessária regularização dos imóveis públicos e particulares*

31 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA

MPT flagra adolescentes em 'trabalho escravo'

Vitor Ogawa

Reportagem Local

Guarapuava – Os responsáveis por uma carvoaria do distrito de Palmeirinha, em Guarapuava (Centro), assinaram um termo de ajuste de conduta (TAC) no Ministério Público do Trabalho (MPT) para regularizar a situação relacionada a trabalhadores adolescentes que estavam atuando na empresa em condições análogas à escravidão. O Conselho Tutelar de Guarapuava Adolescentes realizou no dia 22 de outubro, a pedido do Ministério Público do Trabalho, uma fiscalização no local e flagrou adolescentes trabalhando na carvoaria. A denúncia foi sigilosa e a ação realizada na própria Procuradoria Regional do Trabalho.

Segundo a procuradora do Trabalho Cláudia Honório, após receber denúncias, o MPT já havia realizado desde o ano passado três outras inspeções, mas em todas as vezes que a fiscalização foi ao local não encontrou nenhuma situação irregular. "Como é um trabalho muito sazonal, era difícil conseguir o flagrante", destacou a procuradora.

Na fiscalização do Conselho Tutelar, no entanto, foi constatado que um adolescente de 17 anos estava trabalhando no local e outros

três fugiram. "Ele não conseguiu fugir porque estava dentro do forno. Primeiramente ele se identificou como um rapaz de 18 anos, mas após a averiguação dos documentos foi constatado que ele ainda possuía 17 anos", revelou a procuradora Cláudia. Ela explicou que os adolescentes ficavam expostos ao calor e à inalação de fumaça, em condições degradantes, com jornada de trabalho excessiva, sem registro em carteira de trabalho, com início de jornada às 7 horas da manhã, mas sem horário de término de expediente, e pagamento de apenas R\$ 20 por dia. O adolescente foi levado para o Centro de Referência em Assistência Social (Cras).

Após a assinatura do TAC, a empresa se comprometeu a realizar o registro em carteira dos adolescentes e a regularizar todo o período em que eles trabalharam no local ilegalmente. A rescisão deles foi assinada no dia da fiscalização. Também prometeu regularizar o pagamento dos trabalhadores e fornecer todos os equipamentos de proteção individual (EPI) aos funcionários, seguindo o que determina a legislação.

O caso será repassado à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, que poderão responsabilizar criminalmente os empregadores.

31 OUT 2013

BEMPARANÁ

Combustível

Liminar suspende atividades de três distribuidoras

O juiz Tiago Gagliano Pinto Alberto, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, concedeu liminar em ação civil proposta pela Procuradoria Geral do Estado, e determinou a suspensão temporária das atividades de três grandes empresas do setor de distribuição de combustíveis. As empresas, com sede no Paraná, foram acionadas pela PGE por práticas evasivas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido.

O juiz da 2ª Vara da Fazenda entendeu que "a permanência em funcionamento pode, em tese, causar prejuízo de acentuada monta aos cofres públicos" e, com isso, deferiu pedido da Procuradoria do Estado.

Na ação civil pública, a PGE argumenta que as empresas vinham atuando de maneira coligada nos ramos de comércio e distribuição de combustíveis e, juntas, praticando atos violadores da ordem econômica e interesses da concorrência.

As empresas adquiriam combustíveis derivados de petróleo junto a formuladora de São Paulo. As operações eram intermediadas por outra empresa distribuidora de combustíveis, com matriz em Paulínia e filial em Araucária.

As operações simuladas, que fraudavam as receitas do Paraná e de São Paulo, foram descobertas em ação de fiscalização. Juntas, as empresas devem, entre autos de infração, CDA e GIA declaradas e não pagas, aproximadamente R\$ 160 milhões.

JUSTIÇA

PT é multado

O desembargador Edson Vidal Pinto acatou dois novos pedidos de liminar do Diretório Estadual do PSDB e determinou a retirada do ar de inserções do PT no rádio e TV. "Para garantir o cumprimento da decisão liminar, defiro o pedido de aplicação de pena cominatória no valor de R\$ 50 mil para cada inserção veiculada, em caso de descumprimento da ordem", decidiu o magistrado.

31 OUT 2013

BEM PARANÁ

Estado construirá mais 12 unidades penais até 2014

O governador Beto Richa e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, assinaram ontem as licitações para a construção de 12 novas unidades prisionais no Paraná. São seis cadeias públicas e seis Centros de Integração Social. Também foram autorizadas obras de ampliação em outros oito estabelecimentos penais. A parceria entre os governos federal e estadual permitirá a abertura de 6.670 novas vagas prisionais no estado.

“Quando assumi o governo, o Paraná tinha a pior situação prisional do Brasil. Agora, vamos zerar o problema de superlotação e ainda seremos exemplo para o país”, afirmou Richa. O governador ressaltou a importante parceria com o governo federal. “Temos um ministro que se mostrou amigo do Estado e dos interesses dos paranaenses”, declarou.

O encontro entre o governador e o ministro aconteceu no Palácio Iguazu, em Curitiba, e contou com a presença do presidente do Tribunal da Justiça do Paraná, desembargador Guilherme Luiz Gomes, e da secretária estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes. Na ocasião, foram empossados os novos defensores públicos do Paraná.

Após a contratação das empresas, elas terão 12 meses para entregar as obras. As construções e ampliações serão nas cidades de Piraquara, Londrina, Campo Mourão, Guaira, Foz do Iguazu, Ponta Grossa e Cascavel.

31 OUT 2013

FOLHA DE S. PAULO

Comissão aprova cota racial para deputados

Proposta apresentada por petistas reserva ao menos um quinto das vagas da Câmara e de Assembleias para negros

Texto ainda deve ser analisado por mais uma comissão antes de ir a plenário; medida valeria por 20 anos

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA
DIÓGENES CAMPANHA
DE SÃO PAULO

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou ontem uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que reserva vagas para parlamentares de origem negra na Câmara, nas assembleias legislativas dos Estados e na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O texto segue para a análise de uma comissão especial que será criada pela Câmara para discutir o tema. Se aprovado, terá que passar por duas votações no plenário da Casa, onde precisará de 308 votos dos 513 deputados.

De acordo com o texto, a reserva de cadeiras corresponderá a dois terços do percentual de pessoas que se tenham se declarado pretas ou pardas no último censo realizado pelo IBGE.

Esse número, no entanto, não poderá ser menor que um quinto do total das vagas no Parlamento ou maior que a metade das vagas. No caso da Câmara dos Deputados, se-

riam cerca de cem cadeiras.

A PEC é assinada pelos deputados petistas Luiz Alberto (BA) e João Paulo Cunha (SP). Na justificativa, Luiz Alberto afirma que, apesar dos indícios de que o Brasil se encontra em processo de democratização em várias áreas da convivência social, é preciso avançar na representação racial no Legislativo.

“Os negros estão colocados à margem na política”, disse João Paulo à **Folha**. “No Congresso temos um senador negro [Paulo Paim, do PT-RS] e menos de dez deputados.”

O parlamentar afirmou que a medida vai estimular os partidos a lançar candidatos para as vagas reservadas. No Estado de São Paulo, por exemplo, que tem 70 deputados federais, 14 dos eleitos teriam que ser negros.

“Um partido como o PT poderia lançar até 28 candidatos para essas vagas”, disse João Paulo.

Na prática, se houver um número de concorrentes inferior ao das cadeiras reservadas, um postulante negro poderia ser eleito até mesmo com um único voto.

Os políticos teriam que se declarar negros à Justiça Eleitoral no momento do registro da candidatura.

João Paulo reconhece que o sistema não impediria que brancos se inscrevessem para essas vagas, como aconte-

ce eventualmente em universidades que adotam cotas raciais em vestibulares. “A diferença é que ele [candidato] vai entrar na disputa eleitoral. A própria campanha vai mostrar se ele é negro, e a população decidirá”, afirmou.

Segundo a PEC, a cota teria validade por 20 anos, podendo ser prorrogada por igual período. João Paulo destacou seu caráter transitório.

“Após cinco legislaturas, assim que os negros estiverem inseridos no Parlamento, essa cláusula será retirada”, disse o petista, que afirma ter estudado exemplos de países onde há cotas para segmentos da população, como os indígenas.

“Os negros estão colocados à margem na política. No Congresso, temos um senador negro e menos de dez deputados

Após cinco legislaturas, assim que os negros estiverem inseridos no Parlamento, essa cláusula será retirada

JOÃO PAULO CUNHA (PT-SP),
um dos autores da proposta

31 OUT 2013

FOLHA DE S. PAULO

Cai decisão que mandava parar obras da usina de Belo Monte

Determinação é cassada a pedido da AGU; trabalhos não pararam

DE MANAUS

A pedido da AGU (Advocacia-Geral da União), o TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região) cassou a decisão que mandava paralisar as obras da usina de Belo Monte (PA). Os trabalhos não chegaram a ser interrompidos, segundo a Norte Energia, responsável pela hidrelétrica.

A suspensão da decisão foi determinada por Mario Cesar Ribeiro, presidente do TRF-1.

Na sexta, o TRF-1 ordena-

ra a paralisação das obras por ilegalidade no processo de licenciamento ambiental, atendendo pedido feito em ação de 2011 do Ministério Público Federal no Pará. A Procuradoria questionava a emissão de uma licença parcial para as obras da usina.

O desembargador Antonio Souza Prudente determinou a suspensão do licenciamento ambiental e das obras “até o efetivo e integral cumprimento de todas as condicionantes estabelecidas na li-

cença prévia”. Também ordenou ao BNDES que não repassasse recursos ao empreendimento até que as condicionantes fossem cumpridas, sob pena de multa diária de R\$ 500 mil.

A AGU recorreu na segunda ao presidente do TRF-1, que concordou com os argumentos e cassou a decisão. Segundo a AGU, foram atendidas as condicionantes relativas a infraestrutura, saneamento, saúde e educação previstas na licença prévia.

Corregedoria investigará procurador do caso Alstom

Rodrigo de Grandis não atendeu a pedidos de investigação de procuradores suíços

A Corregedoria do Nacional do Ministério Público abriu ontem um processo para investigar o fato de o procurador da República Rodrigo de Grandis não ter colaborado com autoridades suíças que em 2011 pediram investigações sobre suspeitos de intermediar propinas pagas pela empresa Alstom a políticos e servidores de São Paulo.

No último dia 26, a **Folha** revelou que procuradores suíços cansaram de esperar a ajuda do Ministério Público Federal no caso Alstom e encerraram as investigações em relação a três suspeitos.

A investigação aberta ontem pela corregedoria, órgão externo de fiscalização do Ministério Público, pode resultar em penas que vão desde

censura até perda do cargo.

O corregedor nacional do Ministério Público, Alessandro Tramuja, decidiu apurar “possíveis irregularidades na conduta” de Grandis no caso Alstom.

Anteontem, o chefe do Ministério Público Federal, Rodrigo Janot já havia determinado uma apuração interna em relação a Grandis.

Em fevereiro de 2011 os procuradores suíços pediram ao Ministério Público uma ação de busca e apreensão na casa de um suspeito e a realização de interrogatórios de quatro investigados. A procuradoria brasileira não atendeu às solicitações.

O gabinete de Grandis afirmou que isso ocorreu porque o pedido foi colocado incorretamente em uma pasta de arquivo e por isso ficou parado.

31 OUT 2013

FOLHA DE S. PAULO

STF autoriza investigação sobre suspeita de propina a deputados

Lista apreendida com empreiteiro associa parlamentares a cifras

O Supremo Tribunal Federal abriu inquérito para apurar o envolvimento de deputados federais na Operação Fratelli, deflagrada em abril deste ano e que trouxe à tona esquema de fraudes em licitações públicas conhecido como "máfia do asfalto".

Segundo os promotores, há indícios de pagamentos de propina aos parlamentares.

O procedimento foi instaurado a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Ontem, reportagem do "O Estado de S. Paulo" mostrou que planilha que indicava o pagamento de R\$ 3 milhões a pelo menos dez políticos.

A **Folha** teve acesso a outra planilha, encontrada na casa de Olívio Scamatti, que também aponta pagamento de propina. Scamatti é tido pelo Ministério Público como chefe do esquema.

Na planilha há nomes de deputados estaduais e federais citados em outros momentos da investigação realizada pelos Ministério Público Federal e Estadual, além da Polícia Federal.

A soma dos valores listados na planilha chega a R\$ 12,1 milhões, sendo que R\$ 1,61 milhão seria destinado a políticos.

Aparecem na lista obtida pela **Folha** e na planilha divulgada ontem pelo "Estado" menções aos deputados federais Arlindo Chinaglia, Devanir Ribeiro (ambos do PT), Jefferson Campos (PSD) e Ottoniel Lima (PRB).

Na lista da **Folha**, porém, aparece ainda o nome de Cândido Vaccarezza (PT).

Também são citados nas duas listas os deputados estaduais Carlos Cezar (PSB), Ênio Tatto e João Antônio (ambos do PT), além dos prefeitos Donisete Braga (PT), de Mauá, e Geraldo Vinholi (PSDB), de Catanduva. João Antônio é também secretário do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT).

Ouvidos pela **Folha**, eles negaram envolvimento com as supostas irregularidades.

31 OUT 2013

FOLHA DE S. PAULO

PRESOS EM FLAGRANTE

Câmara aprova permanência limite em delegacias

DE BRASÍLIA - A Câmara dos Deputados aprovou ontem um projeto que limita em até 72 horas a permanência de presos em flagrante nas carcera-gens das delegacias das polí-cias Civil e Federal.

Segundo congressistas, a atual lei de execução penal não deixa claro qual o limite para a permanência de um detido em situação de prisão em flagrante dentro de uma delegacia.

Se não for apresentado re-curso em cinco dias para vo-tação em plenário, o texto se-gue para votação no Senado.

Pelo projeto, em caso de pri-são em flagrante, a permanên-cia do preso na delegacia será permitida somente até que seja feito o auto de prisão e a entre-ga da nota de culpa pelo dele-gado, e no máximo por 72 ho-ras. Em seguida, o preso deverá ser conduzido à penitenciária.

Foi aprovada ainda uma emenda que determina que a escolta de condenados e dos presos provisórios que já tive-rem ingressado em estabele-cimento penal deverá ser fei-ta por agentes penitenciários. Atualmente, a lei não estabele-ce quem deve realizar a tarefa.

31 OUT 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Roseli Abrão

Araucária

O ministro Marco Aurélio de Mello, do Tribunal Superior Eleitoral, deu procedência, na terça-feira, ao recurso eleitoral interposto pela coligação adversária do prefeito Olizandro Ferreira, de Araucária.

O ministro entendeu que o TRE deixou de se manifestar a respeito de um ponto relevante da questão, que é justamente o fundamento do pedido de impugnação.

Contas desaprovadas

É que Olizandro, quando presidente da Câmara Municipal de Araucária (1999), teve sua prestação de contas desaprovadas pelo Tribunal de Contas.

Quando do julgamento no TRE do Paraná, esta questão foi parcialmente analisada, por isso que Marco Aurélio determinou o retorno dos autos para que a Corte estadual enfrente esta questão.

Negros

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira a admissibilidade da PEC que reserva vagas na Câmara, nas assembleias legislativas e na Câmara Legislativa do Distrito Federal, por cinco legislaturas, para parlamentares negros.

Segundo a Agência Câmara, a PEC leva a assinatura do deputado Luiz Alberto, do PT da Bahia, e, segundo o texto, o número de vagas vai ser definido com base no percentual de pessoas que tenham se declarado negros ou pardas no último censo do IBGE.

Só 1/5

Esse número não poderá ser menor que 1/5 do total das vagas no Parlamento ou maior que a metade das vagas.

A proposta prevê ainda a prorrogação da reserva por mais cinco legislaturas, por intermédio de uma lei complementar.

O relator na CCJ, deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba, defendeu a medida.

Nova Aurora

A Assembleia Legislativa aprovou projeto que cria a Comarca de Nova Aurora, de entrância inicial.

A proposta é do Poder Judiciário.

Relator da matéria na CCJ, o deputado Nereu Moura, do PMDB, destacou a iniciativa, uma vez que, disse, há 40 anos o município do Oeste do Paraná luta para a instalação dessa Unidade Forense.

Indenização

O ex-chefe de Segurança da Assembleia Legislativa, Edenilson Ferry, o "Toca", terá de indenizar o deputado Valdir Rossoni em R\$ 20 mil, com valores corrigidos.

A decisão é do juiz substituto em Segundo Grau Osvaldo Nallim Duarte, que manteve a condenação anterior na ação movida pelo presidente da Assembleia Legislativa por danos morais e calúnia.

O caso

Quando Rossoni assumiu a Assembleia e substituiu a equipe de segurança da Casa, Ferry deu várias entrevistas que, segundo o deputado, distorciam fatos e mentiam sobre ele.

Segundo a assessoria da Assembleia Legislativa, Foca tinha recorrido da primeira decisão judicial. No dia 22 de agosto, no julgamento do recurso, o juiz decidiu pela manutenção da sentença anterior.

31 OUT 2013

O ESTADO DE S. PAULO

País gasta R\$ 7 bi ao ano com gravidez precoce

O Brasil conseguiria acumular R\$ 7 bilhões a mais na arrecadação anual se “adolescentes adiassem a gravidez até depois dos 20 anos”, segundo o estudo Situação da População Mundial, do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). A pesquisa revela que, nos países em desenvolvimento, 70 mil meninas com menos de 18 anos dão à luz todos os dias.

7,3 mi
DE ADOLESCENTES
SE TORNAM MÃES
POR ANO EM TODO
O MUNDO

31 OUT 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Ministro do STF rejeita pedido para volta de supersalários

Decisão frustra tentativa de sindicato de servidores de suspender ato do TCU; para relator, a matéria deve ir para o plenário

Mariângela Galucci / BRASÍLIA
Mateus Coutinho

O Sindicato dos Trabalhadores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) fracassou na tentativa de suspender ato do TCU que determinou cortes nos salários dos servidores da Câmara superiores ao teto do funcionalismo. Sem analisar o mérito do caso, o relator, ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou um pedido para que o ato fosse suspenso liminarmente.

Ao negar a liminar, Marco Aurélio disse que a matéria “possui envergadura maior” e deve ser analisada pelo plenário do Supremo. Esse julgamento não tem data definida. Com a decisão, a Câmara mantém os cortes.

Para Marco Aurélio, “tudo recomenda que, emprestada celeridade à tramitação do processo, aguarde-se o julgamento definitivo” do mandado de segurança. O entendimento do Sindilegis para tentar suspender a decisão do TCU se baseia em pelo menos quatro decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ), todas se pautando na “boa-fé” dos servidores.

Em agosto, o TCU havia determinado a interrupção do pagamento dos salários dos servidores que recebem acima do teto. A decisão foi acatada pela Câmara e, em 15 de outubro, a Mesa Diretora da Casa determinou a interrupção do pagamento. A medida afetou 1.371 servidores que recebiam acima do limite de R\$ 28.059,29.

No entanto, reportagem publicada pelo **Estado** dias depois mostrou que quatro ministros do TCU recebem acima do teto. Em um dos casos, o contracheque chega a R\$ 47 mil por mês. Para garantir remuneração acima do limite para o funcionalismo, eles se apoiam em resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e somam rendimentos do tribunal com aposentadorias como congressistas.

31 OUT 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Comissão aprova cota racial para legislativos

Proposta garante a negros número mínimo de vagas na Câmara, em assembleias estaduais e no DF e valerá por cinco legislaturas

Daiene Cardoso / BRASÍLIA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reserva vagas a parlamentares de origem negra.

Se aprovada, a cota valerá para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa do Distrito Federal por cinco legislaturas a partir da promulgação da emenda, prorrogáveis por até mais cinco legislaturas. A PEC 116 ainda passará por uma comissão especial antes de ir à votação em dois turnos no plenário da Casa e depois seguir para a apreciação dos senadores.

A proposta é do deputado Luiz Alberto (PT-BA), que lidera a Frente Parlamentar Mista pela Igualdade Racial e em Defesa dos Quilombolas.

Ela determina que o eleitor destine, além do voto às demais vagas, um voto específico para o preenchimento da cota. O critério para a candidatura é o da autodeclaração.

O percentual das vagas dos deputados afrodescendentes deve corresponder a dois terços do percentual de pessoas que tenham se declarado negra ou parda no último censo demográfico. O número de vagas não poderá ser menor que um quinto ou superior à metade do total de vagas disponíveis no Parlamento.

“O que se propõe aqui é dar um choque de democracia nas casas legislativas”, diz a justificativa da proposta. Luiz Alberto conta que o projeto, de 2011, nasceu da dificuldade em se incluir o assunto nas discussões sobre reforma política no Parlamento.

O petista alega que, sem o financiamento público de campanha ou a inclusão de reserva de vagas, o candidato negro enfrenta mais dificuldades para levantar recursos para campanha eleitoral. “Não é por falta de candidatos negros, o problema são as condições de disputa eleitoral. Se a candidata negra for mulher, pior ainda.”

O deputado ressalta que a população negra e parda não é minoria no País e que por isso precisa garantir sua representatividade no Congresso.

Apesar de a proposta ter avançado na Câmara, Luiz Alberto admite que a PEC depende da pressão popular para ser promulgada no Congresso Nacional. O petista acredita que atualmente só os partidos de esquerda apoiariam o projeto, que por sua vez enfrentaria a resistência das legendas mais conservadoras. “Tendo pressão popular ela avança. Em casos de temas polêmicos, o que vale é a pressão popular”, avaliou o deputado, citando como exemplo a aprovação da Lei Maria da Penha.

CONTINUA

31 OUT 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PRESENÇA DE NEGROS NO PARLAMENTO BRASILEIRO

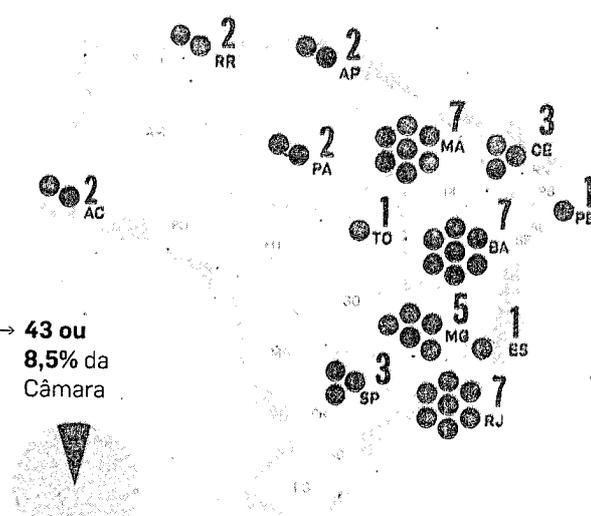
● Estudo de ONG mostra a participação de políticos negros no País

Deputados federais negros eleitos em 2010 por partido

PARTIDO	Nº DE PARLAMENTARES
PT	14
PMDB	6
PRB	6
PC do B	4
DEM	3
PDT	3
PSOL	2
PR	1
PSC	1
PSB	1
PTB	1
PSDB	1

* APOIAM A CAUSA NEGRA NO CONGRESSO
 FONTE: UNIÃO DE NEGROS PELA IGUALDADE (UNEGRO)

Estados que mais elegeram deputados federais negros nas eleições de 2010

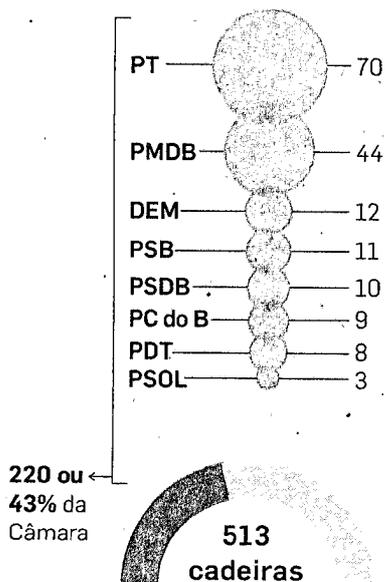


43 ou 8,5% da Câmara

COMO FUNCIONA A PEC

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reserva vagas para parlamentares de origem negra valerá para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa do Distrito Federal por cinco legislaturas a partir da promulgação da emenda, prorrogáveis por até mais outras cinco. O texto determina que o eleitor destine, além do voto às demais vagas, um voto para o preenchimento da cota. O percentual das vagas deve corresponder a dois terços do percentual de pessoas que se declararam negras ou pardas no último censo. A proposta ainda passará por uma Comissão Especial antes de ir para votação em dois turnos no plenário da Casa

Frente Parlamentar Negra do Congresso Nacional*



Deputados negros nas Assembleias Estaduais por Partidos Políticos

PARTIDO	Nº DE PARLAMENTARES
PT	14
PTB	4
PSB	3
PR	3
PRB	3
PSDB	2
PP	2
PCdoB	2
PTN	1
DEM	1
PHS	1
PDT	1
PSC	1
PPS	1

39 ou 3,7% do total de deputados estaduais no Brasil (1.059 no total)

CONTINUA

31 OUT 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Cotas nos parlamentos são uma boa medida?

Frei David Santos

Sim Essa PEC que cria cotas étnicas para as casas legislativas, assim como outras já aprovadas pelo STF e outras instâncias (como as cotas para negros no serviço público no Rio Grande do Sul, Rio e outros Estados), é o sinal de que o Brasil reconhece ser uma nação plural.

Todos estes avanços têm como objetivo fazer a sociedade refletir: há ou não um privilégio especial por ser branco no Brasil?

Tudo o que não foi feito em 513 anos, pela igualdade das etnias, precisa ser feito agora. O Brasil vive um novo momento. É cobrada de todas as instituições a abertura para a democracia étnica. Parabenizamos o CNJ e o Conselho Nacional do Ministério Público pelos debates avançados no assunto. Parabenizamos a presidenta Dilma – que vai lançar em novembro as cotas para negros no serviço público.

●
DIRETOR DA EDUCAFRO

Erick Wilson Pereira

Não Cotas étnicas são uma contrapartida às perversidades da escravatura, de modo que não faltam justificativas para os seus defensores. São formas justas de promover o tão desesperançado princípio da igualdade.

Nas universidades, após um debate que envolveu diversas instâncias da sociedade, rompemos com a meritocracia em nome da promoção da diversidade racial, eleita como objetivo cívico e so-

cialmente importante. Entretanto, a açodada apresentação de uma PEC reservando cotas de negros e pardos para o Legislativo afigura-se um projeto de cunho demagógico e não condiz com o princípio da representatividade, especialmente quando consideramos que a nossa sociedade é altamente miscigenada. O direito de votar e ser votado já é constitucionalmente garantido para todos – negros, pardos, índios ou brancos.

●
DOUTOR EM DIREITO CONSTITUCIONAL PELA PUC-SP

31 OUT 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Tribunal cassa decisão que suspendia obras de Belo Monte

Questões que motivaram a decisão de um desembargador já haviam sido avaliadas pela presidência do TRF

Anne Warth
Ayr Aliski / BRASÍLIA

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou que procuradores federais conseguiram casar a decisão que impedia a continuidade das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Segundo a AGU, foi assegurado, perante a Justiça, o atendimento de condicionantes relativas à infraestrutura, saneamento, saúde e educação contidas na licença prévia de instalação do empreendimento.

Essas questões tinham motivado a decisão judicial que mandou interromper as obras, que agora podem ser continuar normalmente. O Tribunal Regional Federal da 1.^a Região (TRF-1) havia determinado a paralisação da construção da usina de Belo Monte por ilegalidade no licenciamento ambiental e ordenou também a suspensão dos repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O TRF-1 considerou procedente ação do Ministério Público Federal no Pará (MPF-PA), ajuizada em 2011, que questionou a licença parcial para os canteiros das obras do empreendimento. Segundo o MPF-PA, essa licença foi concedida sem que fossem cumpridas as condicionantes da licença prévia.

Contra essa decisão, a AGU relata que, na época, recorreu ao TRF-1 para defender a legalidade do empreendimento. Segundo os procuradores, não seria possível suspender as obras de Belo Monte com alegações de que as condicionantes não foram atendidas, quando o próprio Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) confirmou que não houve irregularidade.

Histórico. A AGU lembra que o então presidente do TRF-1, em 2011, concordou com os argumentos da Advocacia-Geral e, posteriormente, o juiz de primeira instância extinguiu a ação, já que a licença de instalação foi substituída. Mas o MPF manteve os pedidos e, em 25 de outubro, a solicitação foi atendida em decisão monocrática de um desembargador.

A AGU voltou, então a intervir no caso. Os procuradores federais peticionaram ao presidente do TRF da 1.^a Região, Mário Cesar Ribeiro, sustentando que não pode haver limitação dos efeitos da decisão da presidência do tribunal, e apenas a Corte Especial do TRF-1 teria competência para cassá-la.

O presidente do tribunal concordou com a AGU, cassou a decisão do relator da apelação e confirmou a autoridade da decisão que validou a continuidade das obras. Ontem a Norte Energia, responsável pela construção e operação de Belo Monte, divulgou nota informando que a construção da usina está em pleno andamento.

31 OUT 2013

O ESTADO DE S. PAULO

MPE investiga diretor de Fatec por propina

Promotoria apura fraudes em licitações e desvios de recursos na unidade de Mauá; ex-gestor diz que denúncias são caluniosas e retaliação de rivais

Fausto Macedo
Paulo Saldaña

ESTADÃO
•edu

O Ministério Público Estadual (MPE) investiga irregularidades em licitações, pagamento de propina e desvios de recursos na Faculdade de Tecnologia (Fatec) de Mauá, no ABC paulista. As denúncias partiram de professores e indicam que um ex-diretor da unidade recebia dinheiro de fornecedores e direcionava licitações. Cópia de um e-mail revela que uma empresa fornecedora fez o edital que concorreu e ganhou.

A Fatec é administrada pelo Centro Paula Souza (Ceeteps), do governo estadual. As investigações também envolvem o vice-superintendente do Ceeteps, Cesar Silva, por "conivência e omissão". O órgão estadual nega e diz que a superintendente, Laura Laganá, já esteve no MPE para esclarecimentos.

A Promotoria do Patrimônio Público e Social da capital apura o caso desde abril deste ano, quando a professora Luciana Silva Zapparoli levou ao MPE as primeiras denúncias. Três servidores prestaram depoimentos sob condição de anonimato.

Segundo a promotoria, há for-

• Formação

4

curso de graduação tecnológica são oferecidos na Fatec Mauá: Fabricação Mecânica, Informática, Logística e Polímeros.

10

anos é o tempo de fundação da unidade, que por esse período foi administrada por Silvio Zanetic.

tes indícios de crimes, mas ainda não é possível mensurar valores. As irregularidades teriam sido comandadas por Silvio Zanetic, que dirigiu a unidade entre 2002 e 2012 e hoje está à frente da Fatec Itaquera, na zona leste da capital. Outros cinco professores são citados.

Zanetic teria praticado as ilegalidades ao longo de vários anos. Segundo as denúncias, ele ficava com computadores comprados pela unidade, favorecia uma empresa, a Fase, para serviços de manutenção em que não era exigida licitação e embolsava parte do dinheiro destinado à manutenção da unidade. O diretor ainda teria ficado com dinheiro de vestibular.

Em licitações, como as de compras de uma impressora 3D e de máquinas usadas nos cursos, ele teria recebido propina. Em e-mail de 5 de junho de

2009, anexado ao processo, o sócio de uma empresa de automação revela que iria elaborar o edital de concorrência.

"Fui contatado pelo Dr. Silvio para agendar uma data com a senhora para que possamos elaborar o edital de pregão para o sistema em plásticos que a Fatec pretende adquirir", diz a mensagem, assinada por Flavio Augusto Luiz, da empresa Nova Didacta. Segundo as denúncias, ele teria recebido R\$ 20 mil. Luiz foi procurado, mas as ligações não foram atendidas.

Afastamento. Zanetic nega as denúncias e diz que as empresas só prestavam informações técnicas para o edital, feito pela Fatec. "Desconheço esse e-mail e não fui chamado para depor sobre o caso de licitações", disse. "São denúncias caluniosas, não apresentaram nenhum documento comprobatório." Ele defende que as denúncias aconteceram por desavenças com Luciana após decisão de ela não ser mais coordenadora.

Luciana e os outros denunciantes foram ao MPE comunicar que estariam sofrendo ameaças e pressões. Por causa disso, a promotoria pediu anteontem que o Ceeteps identifique e afaste esses funcionários. O órgão estadual informou que não recebeu o ofício e que uma sindicância interna já está em andamento.

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça multa

a Metso em

R\$ 2,9 milhões

31 OUT 2013

A multinacional finlandesa Metso Brasil foi condenada a pagar uma multa de R\$ 2,95 milhões por descumprir um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público do Trabalho (MPT) após a morte de dois funcionários em suas instalações, em Sorocaba. A empresa fornece serviços e equipamentos para a indústria de mineração, papel e celulose e petróleo e gás e tem outras 15 unidades no País. A sentença divulgada ontem foi dada pela 4ª Vara do Trabalho de Sorocaba, que rejeitou embargos da Metso.

O acordo, assinado em 2010, após a ocorrência de duas mortes por acidente de trabalho em 2008, exigia o cumprimento de 40 obrigações relativas à segurança e saúde no trabalho. Entre as cláusulas estavam programas como o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

A Metso se obrigou a observar as normas do Ministério do Trabalho, dentre as quais a NR-10 - manutenção de instalações elétricas em condições seguras -, e a NR-12 - que obriga a manter máquinas e equipamentos em condições adequadas.

Após a morte de mais um trabalhador em dezembro de 2011, o terceiro óbito em pouco mais de três anos, o MPT requereu nova fiscalização à Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Sorocaba, que flagrou o descumprimento da NR-12.

Segundo o MPT, o não cumprimento do acordo o levou a ingressar, em 2012, com o processo de execução da multa prevista no TAC, alegando o risco de novos acidentes envolvendo os demais 599 funcionários da unidade.

A Metso informou ter sido surpreendida pela decisão, já que não fora notificada oficialmente da condenação. Segundo a empresa, os 40 itens previstos no TAC foram cumpridos à risca e que atende a todas as medidas de proteção ao trabalho.

METRO 31 OUT 2013

Sistema prisional do Paraná terá mais 6.670 vagas

Anúncio. Governos estadual e federal assinaram ontem à tarde a licitação para a construção e ampliação de 20 unidades prisionais em sete municípios paranaenses

O Paraná vai criar 6.670 novas vagas no sistema prisional. Isso se dará por meio de uma parceria entre o governo do Estado e o Ministério da Justiça, que foi anunciada ontem à tarde, no Palácio Iguazu.

Serão 20 novas obras, sendo oito ampliações de unidades, seis construções de cadeias públicas e outros seis Centros de Integração Social. No total, sete municípios serão beneficiados: Piraquara, Foz do Iguaçu, Cascavel, Londrina, Ponta Grossa, Guaira e Campo Mourão.

“Com isso, será possível eliminar de vez a superlotação das delegacias”, afirmou a secretária estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes.

Depois da licitação ser concluída, a previsão é de que as unidades fiquem prontas em um prazo de 12 meses.

Nos últimos dois anos, segundo dados do governo estadual, houve uma redução de 60% na superlotação das delegacias. O número passou de 11.660 para 3.417 presos.

“Ninguém deseja uma delegacia com uma lotação a mais do que é previsto, mas às vezes é melhor um pouco a mais de detentos em delegacias do que solto nas ruas colocando em risco a vida de famílias bem”, disse o governador Beto Richa (PSDB).



Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, assina a licitação para as novas obras prisionais. (RODRIGO FÉLIX LEAL/METRO CURITIBA)

161 mi

de reais é o investimento total nas obras. R\$ 116,2 milhões virão de recursos da União. E o governo estadual, a título de contrapartida, vai arcar com R\$ 45 milhões.

As obras fazem parte do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, do Ministério da Justiça. O minis-

tro da pasta, José Eduardo Cardozo, ressaltou a importância de todos os estados brasileiros cuidarem do sistema prisional.

“É fundamental para a segurança pública, porque o sistema prisional tem que ser destinado a fazer com que os presos possam ser tratados da forma que a lei prevê, com respeito aos direitos humanos, e buscando a reinserção social deles quando saem”, explicou.

Ele disse ainda que boa parte dos presídios do Brasil não atende minimamente essas condições. “Isso traz problemas no surgimento de facções de crime organizado que atuam dentro das unidades prisionais, o que traz consequências graves do ponto de vista da própria segurança pública”, apontou.



LINA
HAMDAR
METRO CURITIBA